

Sobrevivências do desassossego: caminhos editoriais do livro infinito de Fernando Pessoa

Gustavo Moura Bragança
PNPD/Capes – Promel/UFSJ

Resumo

O trabalho propõe uma observação da trajetória editorial do *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa, a partir de análise crítica das escolhas dos editores, destacando-se, como eixo narrativo da argumentação, o impacto produzido pela emergência da primeira edição, publicada em 1982 por Jacinto do Prado Coelho, Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, destacando-se ainda aspectos metodológicos das versões conflitantes de Richard Zenith e de Jerónimo Pizarro (em sua edição crítica), como modos de se pôr em discussão a pertinência de se publicar em livro uma “anti-obra” que, mesmo anunciando em si um livro como suporte vindouro de uma literatura assumidamente fragmentária, não suporta, entre os escritos deixados póstumos, uma obra fechada, perturbando a própria possibilidade do livro.

Palavras-chave: Fernando Pessoa; *Livro do Desassossego*; edições; livro; literatura

Abstract

This article proposes an observation of the editorial trajectory of Fernando Pessoa's *Book of Disquiet* through a critical analysis of the editors' choices, highlighting, as the essay's narrative axis, the impact produced by the emergence of the work's first edition, published in 1982 by Jacinto do Prado Coelho, Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, further highlighting methodological aspects of the conflicting versions by Richard Zenith and Jerónimo Pizarro (concerning his critical edition), as a way to call into question the pertinence of publishing as a book a “anti-work” that – even announcing in itself the materiality of a book as the forthcoming base for a admittedly fragmentary literature – cannot hold, among various posthumous writings, a closed work, disturbing the very possibility of a book.

Keywords: Fernando Pessoa; *Book of Disquiet*; editions; book; literature

A segunda metade da década de 1970 é marcada, em Portugal, pela transição do regime salazarista, derrubado em 25 de abril de 1974, ao regime democrático; no último mês daquela década, em dezembro de 1979, outra transição entraria em curso: das mãos de familiares, o espólio de Fernando Pessoa passaria ao Estado, sendo depositado na Biblioteca Nacional (BNP) ainda naquele ano e incorporado aos fundos no ano seguinte. Em 1981, passaria à administração do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, que continua a gerir o acervo. Outros documentos seriam incorporados ao espólio pessoano ao longo dos anos, mas a absorção, por uma instituição pública, daquele baú de manuscritos e datiloscritos (entre éditos e inéditos, para além de outros documentos) certamente participaria (uma participação fundamental) na difusão (ou democratização,

se quisermos) da leitura e dos estudos da obra de Pessoa, sobretudo, pela abertura à publicação de textos até então desconhecidos e, afinal, pela possibilidade de revisão das obras já publicadas. É certo que Pessoa já seria, pouco a pouco, incorporado ao cânone literário português desde os anos 1940, com as publicações da Ática (e os esforços de João Gaspar Simões e Luís de Montalvor) e os crescentes estudos em torno de sua obra; de todo modo, podemos reconhecer que, na segunda metade dos anos 1970 e, sobretudo, ao correr da década de 1980, a abertura política reverbera-se na abertura da arca de Fernando Pessoa – que logo desembocaria (por meio de um trabalho iniciado, na verdade, ainda antes da transição do espólio à BNP) na publicação pioneira do *Livro do Desassossego* em 1982, peça chave para uma profunda (e ainda viva) revisão crítica da obra de Fernando Pessoa através de seus arquivos. Consciente do papel fundamental da mediação de pesquisadores, arquivistas, editores – e, afinal, dos leitores (incluindo os críticos) –, o ensaísta Eduardo Lourenço reagiria à presença inquietante do então recentemente publicado *Livro do Desassossego*:

De livro *impossível*, ou possível na sua função de texto sem cessar diferido, tal como ele *existiu* para Pessoa – símbolo material da sua incapacidade de dar forma a um *texto* sobre si mesmo fechado e símbolo mais precioso ainda da sua certeza do não-fechamento de todos os textos – os compiladores e o organizador destes fragmentos fizeram o agora *livro real* que se chama precisamente “O *Livro do Desassossego*” [sic]. Notemos isto, não em desabono dos beneméritos responsáveis pela iniciativa que à parte critérios de arrumação, está certa e não podia ser senão o que é: este “*Livro do Desassossego*” é um texto que Fernando Pessoa nunca teve, material, fisicamente, diante dos olhos. Assim e só por isso *sendo dele é ainda mais nosso* do que normalmente são os seus outros textos. [...] Em suma, de uma caoticidade textual empírica, embora condicionada pela intenção expressa de Pessoa (quando existe), os editores fizeram *um* livro. Que mais não fosse, por isso, suscitaram um *desassossego* semântico e hermenêutico que nunca mais o largará (LOURENÇO, 1993, p. 84; destaques no original).

Desde meados do século XX, já se almejava, entre os trabalhos de figuras de relevo como Maria Aliete Galhoz e Jorge de Sena, uma publicação dos escritos de Fernando Pessoa vinculados ao projeto e ao nome do *Livro do Desassossego*. Reunir o *Livro* entre os papéis pessoanos – extraí-lo dos milhares de documentos guardados na arca de Pessoa ou encontrados através de outras fontes – já se apresentava como uma possibilidade real (ou um vivo desejo – antes *utópico* do que *melancólico*) ao menos desde 6 de maio de 1960, quando Galhoz escreveria a Sena contando-lhe que começaria “amanhã, sábado, a procurar e juntar os papéis do ‘*Livro do Desassossego*’” (PESSOA, 2010, p. 7). De 1960 a 2010 atravessamos cinquenta anos e não será por acaso, portanto,

que encontraremos o citado trecho da carta de Galhoz a Sena como epígrafe do texto de apresentação à recente edição crítica – sob coordenação de Jerónimo Pizarro – publicada justamente no ano de 2010.

Inscrevendo-se na trajetória das edições do *Livro*, Pizarro afirmaria sua edição como a “primeira edição crítica do *Livro do Desasocego*” (PESSOA, 2010, p. 7). De partida, deve-se enfatizar esta afirmação não por uma reivindicação de pioneirismo, mas por sugerir-se que *outras edições críticas* poderão ou deverão vir à tona nos próximos anos. A edição de Pizarro não poderá ser lida como o fim de um trajeto, mas, antes, como mais uma etapa ou mais um trecho do curso editorial do *Livro do Desassossego*. Ao fim do texto de apresentação de sua edição crítica, Pizarro escreve com muita clareza: “A história do *Livro do Desasocego* também é a das suas edições, e é com essa história que esta nova edição dialoga”, destacando a primeira versão editorial como interlocutor maior, posto que, no desafio ou na ficção de edição crítica de um livro inacabado (edição que não se adéqua nem ao caso de manuscrito presente nem estritamente ao caso de um manuscrito ausente), aquela edição pioneira será compreendida “como se de um manuscrito mais antigo se tratasse [da qual] as outras edições se afastam ou a que se mantêm fiéis; ou, às vezes, afastam-se, para mais tarde a ela regressarem” (PESSOA, 2010, p. 10). Evidentemente, Pizarro se refere não à inexistente edição de Pessoa ou aos raros textos publicados em vida, mas aos dois volumes de 1982, apresentados por Jacinto do Prado Coelho a partir do cuidadoso trabalho de Maria Aliete Galhoz (a quem já nos referimos) e Teresa Sobral Cunha, também reconhecida por outras edições do *Livro* por ela organizadas.

Até aqueles primeiros anos dos 1980 ressoavam notícias de um livro vindouro nos textos já publicados (em vida ou postumamente), mas o *Livro* como *livro* ainda não nos havia sido apresentado. Somente pelas mãos de Galhoz, Cunha e Prado Coelho (entre outros eventuais colaboradores daquele esforço editorial) o *Livro do Desassossego* passaria a viver uma vida literária, habitando as prateleiras de lojas e bibliotecas e as mãos dos leitores – especialistas ou não. Cabe insistir que a publicação desta primeira versão do *Livro do Desassossego* é parte – e, em grande medida, estopim – de uma profunda transformação editorial diante da obra de Fernando Pessoa. Ao lado da salvaguarda dos documentos manuscritos e datiloscritos de Pessoa na Biblioteca Nacional de Portugal e das discussões em torno da queda em domínio público da obra

peçoana (questão que só se resolveria definitivamente nos anos 2000), passando pela crescente consolidação de Pessoa no “hall” dos grandes da literatura lusófona e mundial (ilustrada pela transladação do túmulo de Pessoa do Cemitério dos Prazeres ao Mosteiro dos Jerónimos), a publicação do *Livro* certamente abriria caminho para o crescente interesse pelo estudo da obra literária de Pessoa (ou mesmo daquela “impropriamente” literária – considerando os textos filosóficos, críticos, místicos ou de polêmica e intervenção). Uma obra desde então inevitavelmente atravessada pelos arquivos (pelos papéis de Pessoa e, sobretudo, por aquilo que ele escreveu e não publicou). Interesse em ascensão que dará origem, afinal, a dois esforços fundamentais para os chamados “estudos pessoanos” (esforços iniciados, não por acaso, no centenário de nascimento de Pessoa): o Instituto de Estudos de Modernismo, ligado à Universidade Nova de Lisboa e ao nome de Teresa Rita Lopes; e o Grupo de Trabalho para o Estudo e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa, mais conhecido como Equipa Pessoa, coordenado por Ivo Castro, filólogo da Universidade “Clássica” de Lisboa. Em ambos os esforços, uma questão comum se impunha como motivação de trabalho, apesar da concorrência e de alguma rivalidade: não podendo mais ignorá-los, o que fazer com tantos papéis?

A publicação de uma obra póstuma não é algo incomum em nossa relativamente recente tradição literária (moderna e contemporânea) – e não é o fato de se tratar de uma obra póstuma (Pessoa faleceu em 1935) o que se deve destacar com relação à pioneira edição do *Livro do Desassossego*.

A menção à distância temporal entre a escrita e a publicação (ou entre a autoria e a edição), aparentemente muito pouco produtiva, torna-se mais instigante quando enfrentamos o fato de que o *Livro* de Pessoa – o livro “ideal” como nos sugeriria o pesquisador Pedro Eiras em *Esquecer Fausto* (2005) – nunca existiu nem existirá para além daquilo que se faça com os papéis (manuscritos e datiloscritos ou mesmo os raros publicados) de Pessoa. E algo foi feito (ou concretizado) em 1982: pela primeira vez os textos do aguardado e desejado *Livro do Desassossego* seriam apresentados como *um livro* para além da possibilidade. E o *Livro do Desassossego* passaria, então, a fazer parte incontornável da *obra* de Fernando Pessoa – pois, mesmo que questionemos o conceito de “obra” (abalado desde a cena da morte do “autor”), devemos reconhecer aquilo que deste conceito persiste ao redor dos nomes consagrados dentro e fora de nossos estudos literários, assim como no movimentado mercado das letras (entre

lançamentos, festivais e feiras), e, dessa maneira, não poderemos negar tal constatação de pertencimento incontornável do *Livro* à obra pessoana; constatação que pôde derivar-se, na voz de muitos críticos, na afirmação do *Livro* como *a grande obra* de Fernando Pessoa. E talvez o seja tanto pelo que ele *é* quanto pelo que nele *falta* – ou pelo que *não pode ser*.

Sendo assim, sob o nome apenas esboçado de Vicente Guedes ou a autoria desejada do semi-heteronímico Bernardo Soares ou mesmo subscrevê-lo ao ortônimo Pessoa, o *Livro do Desassossego* de Fernando Pessoa *existe* para nós. E, portanto, lemos e discutimos este *Livro* – citamos trechos, discutimos passagens, produzimos rios de estudos críticos, desviamos a literatura às artes plásticas ou ao teatro, ao cinema e à TV em adaptações variadas, reconhecemos aquelas palavras (ainda que devamos discutir *quais* palavras) como parte da literatura de um dos maiores escritores da língua portuguesa (pois assim nos referimos ao mitificado Pessoa) – e não palavras soltas, mas palavras reunidas em *uma obra*. O que nos conduz, afinal, a um equívoco difícil de contornar, pois – se existe (e, reiteramos, *ele existe*) – o *Livro do Desassossego* não é “um”, nem “o”: *é muitos. Deve ser muitos*. Pois desde quando surge entre nós, surge-nos como a semente de uma proliferação inesgotável e afinal já ali anunciada. Como já previa Jacinto do Prado Coelho naquela edição pioneira, muitos “Livros do Desassossego” apareceriam nos anos subsequentes e não por casualidade ou oportunismo, mas efetivamente por *necessidade*. Pois o *Livro*, tal como deixado por Pessoa, não comporta *um* livro – comportará *muitos*. Somente reiteradamente reescrito, por assim dizer, na construção insistente de cada edição em livro, o livro existirá (e mesmo que se proponha uma edição em suporte outro para além do livro); somente apresentado como “obra” literária o *Livro* ganhará um corpo – provisório e nunca definitivo – que a cada edição esboçará outros corpos (de outras edições, por diferença).

O *Livro do Desassossego* é a sua possibilidade e a nossa insistência (a insistência de leitores, críticos, editores). Ou, reverberando as palavras já comentadas de Pizarro, o *Livro do Desassossego* existe através de suas edições – e assim, desde 1982, será constantemente reanimado pelas mãos de arquivistas, filólogos, editores, leitores. Evidentemente, há questões objetivas nos debates editoriais e não se pode reduzir a discussão a um vale-tudo de especulações. Cada peça do *puzzle* pode ter múltiplos encaixes possíveis, mas não se compõe de uma massa meramente disforme. Assim, para

oferecer um exemplo, a investigação sobre quais textos manuscritos ou datiloscritos (extraídos do espólio pessoano) pertenceriam efetivamente ou não a um idealizado *Livro* de Pessoa (a discussão em torno do *corpus* da obra) não será nunca um debate vazio, longe disso, afinal, é esse mesmo debate entre outros debates que insistem na necessidade de novas edições, sempre. E estas somente serão possíveis pelo manuseio daquele material que, se não é disforme, pode ser *informe* (informidade larvar ou embrionária; potência da possibilidade). Matéria pulsante de inúmeros possíveis que, afinal, seria interrompida na vivaz ebulição literária de um autor inquieto que por décadas revolveria seus papéis (aparentemente nunca abandonados, mas, ao mesmo tempo, sem ousar ou sem conseguir parar de escrever novos trechos) em sua busca melancólica ou utópica por encontrar (sem consegui-lo) aquele que seria o seu *Livro do Desassossego* – aquele “ideal”, que não existiu nem existirá.

Diante do desafio de se editar o *Livro do Desassossego* (pela primeira vez), Coelho, Galhoz e Cunha propuseram uma edição que, se não se qualifica estritamente como “edição crítica”, segue, de todo modo, alguns caminhos apontados pela crítica textual moderna/contemporânea, sobretudo ao evidenciar a artificialidade/arbitrariedade da construção editorial (mesmo que sob rigorosos critérios normativos) e, concomitantemente, expondo (ao menos parcialmente) a precariedade e a instabilidade do material original. Em outros termos, Coelho, Cunha e Galhoz sentem a necessidade de *expor a mediação* sem a qual *Livro* algum seria viável, compreendendo ser impossível recuperar “como chegaria, pelos cuidados de Fernando Pessoa, este seu livro a público. Pelo que, os que desta edição se encarregaram”, escrevem Galhoz e Cunha, “mais do que editores de obra literária feita, houveram que assumir com humildade o estatuto de colecionadores de fragmentos a que buscou dar-se uma desambiciosa articulação temática” (in PESSOA, 1997, p. XXV). Na ausência de um livro de base e na impossibilidade de se especular qual seria efetivamente o *Livro do Desassossego* segundo Fernando Pessoa – que deixou poucas e insuficientes pistas de suas intenções derradeiras –, os responsáveis por aquela edição propõem uma composição por temas extraídos arbitrariamente das leituras, reunindo os textos que a pesquisa em arquivo indicaria como pertencentes ao *Livro* de forma deliberada e propositalmente não cronológica (uma vez que, segundo Prado Coelho, uma ordenação cronológica – se possível – “obrigaria cada leitor a fazer ele próprio uma montagem, jogo de *puzzle* que,

além de penoso, exigiria um poder de construção de que só dispunham leitores privilegiados” e vedaria uma leitura “que se queria literária” (in PESSOA, 1997, p. XXXII).

A recusa em aceitar a possível ou provável desarrumação de uma organização cronológica (adotada em perfeito contraponto por Jerónimo Pizarro em sua edição crítica) seria também o caminho trilhado por outro editor, o americano Richard Zenith. Entretanto, para Zenith, fiando-se nos documentos – nos papéis de Pessoa –, não é em direção à crítica textual que se deve seguir, mas em direção à invenção, assumidamente subjetiva e inevitavelmente provisória. O que não significa ausência de rigor e fundamentação crítica, filológica, teórica. Apostando na construção – certamente artificial – do *Livro do Desassossego composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa* (PESSOA, 2006, 2011), conformando-se, assim, a uma curta nota editorial datiloscrita por Fernando Pessoa (em que este indica uma possível organização dos escritos do *Livro* a partir da adequação à *vera psicologia* do emergente Bernardo Soares, figura autoral esboçada ao público somente na segunda fase de escrita, pós-1929),¹ Zenith não se furta a costurar (talvez cirurgicamente) os trechos do livro inacabado de Pessoa, construindo não mera denúncia de uma restritiva impossibilidade, mas, como se sugere no texto de apresentação, um livro *possível* entre tantos.

Algo que se corrobora na incessante revisão das (re)edições da obra sob a organização de Zenith: quase anualmente uma nova edição é lançada por sua editora em Portugal (a Assírio & Alvim), com maiores ou menores alterações (determinadas por descobertas filológicas e/ou críticas através dos documentos, em grande parte a partir do trabalho de outros pesquisadores e não somente o de Zenith), sem se alterar, entretanto, a estrutura geral proposta pelo editor americano na publicação de 1998. Evidentemente, pode-se questionar certa postura de Zenith ao parcialmente mascarar tais alterações e, sobretudo, ao forçar uma manutenção estrutural de sua versão editorial, sustentando, por exemplo, de maneira injustificável, o corpo principal de seu *Livro* com 481 trechos, mesmo tendo suprimido e acrescentado variados textos ao longo dos anos. Mas o que

¹ Cito um trecho da nota, a partir da edição crítica: “A organização do livro deve basear-se numa escolha, rígida quanto possível, dos textos variadamente existentes, adaptando, porém, os mais antigos, que falhem à *psychologia* de B[ernardo] S[oares], tal como agora surge, a essa *vera psychologia*.” (PESSOA, 2010, p. 453).

nos interessa a fundo é o modo como Zenith positivamente explora a ausência de estabilidade do *Livro do Desassossego*. Em outras palavras, a versão editorial de Zenith (uma efetiva *ficção editorial*, para reverberarmos palavras do pesquisador Pedro Eiras, 2005) só é possível porque o *Livro* é a possibilidade enfática de muitos livros.

O *Livro do Desassossego* – o de Pessoa e o nosso – é o que fazemos com os papéis de Pessoa; e Zenith mostra bastante clareza dessa perspectiva ao propor sua versão editorial. Sabe que está inventando “um” (e não “o”) *Livro*. Sabe que poderia inventar outro – ainda que acredite (convicção crítica) em seu *Livro*. O que está nos originais de Pessoa – o que sobrevive entre os documentos em arquivo – não é de modo algum uma obra fechada, mas, sim, rastros de uma obra por vir, deixada por fazer. Como bem nos sugere o mesmo Zenith, fosse Fernando Pessoa o editor, certamente o *Livro* seria outro; e, muito possivelmente (também conforme o editor americano), uma obra menor, isto é, com muito menos páginas e, podemos conjecturar, também uma obra de menor impacto cultural; afinal, o que faz o *Livro* nosso contemporâneo, para além das palavras de Pessoa, para além daquilo que ele efetivamente escreveu (e isso não poderá ser ignorado), aquilo que o faz “nosso” – o que nos instiga e perturba – é aquilo que há nele de fragmentário, inacabado e inacabável e, por isso, múltiplo (sendo ainda um); isto é, sem ignorar aquilo que Pessoa escreveu (e que participa da leitura que fazemos dessa obra), também é por este teor precário e vibrante que o *Livro* se impõe como presença incontornável na literatura (pessoana, portuguesa, lusófona, ocidental).

Entretanto, para não oferecer a nós mesmos todos os “méritos” pela energética precariedade do *Livro* (toda sua potência de por-vir), devemos reconhecer tanto na impossibilidade do autor de encerrar o *Livro* em uma obra, quanto na concomitante insistência de Pessoa em continuar escrevendo – não apenas reescrevendo ou revisando o já escrito, mas escrevendo insistentemente novos trechos –, que a ebulição melancólica/utópica de sua escrita (à procura messiânica de um livro) aponta para esta fragmentação de possíveis não como mero efeito de um trabalho interrompido (e, assim, aberto a especulações), mas como algo intrínseco ao projeto inacabado e inacabável de Pessoa. Talvez, então, devamos considerar que o livro esboçado por Pessoa entre seus papéis, ou, mais adequadamente, a ausência deste livro é o *Livro* que Pessoa efetivamente escreveu e escreveria: o *Livro* é impossibilidade intensa, compreendida como ausência de porto, viagem sem destino e origem. Grau zero da possibilidade.

Mesmo ao se considerar a prematuridade de sua morte e imaginando um futuro possível para aqueles escritos numa imaginária vida de Pessoa pós-1935, parece-nos bastante plausível e, mais que tudo, produtivo se considerar que o fado daquele *Livro*, se nos fosse revelado pelas mãos de Pessoa, estaria sempre no horizonte, no infinito, como abertura de possibilidades – vivesse Pessoa mil anos ou mais.

Pois é, afinal, este *Livro* inacabado, este livro messiânico (porventura, alimentado por Bandarras, Impérios, Encobertos), este livro que se anuncia insistentemente nos portos e se aguarda como a um manuscrito revelador resgatado em garrafa de naufrago, mas que não aportará em terras lusitanas senão em fragmentos de um romance fingido ou de um diário inventado entre a decadência e o modernismo – é, portanto, este livro de desassossegada escrita e voz (por esta escrita e esta voz inquietas) que nos perturbará profundamente e nos interromperá qualquer indiferença; e que, nesse mesmo movimento de perturbação, abalará nossa compreensão de Fernando Pessoa como autor e, concomitantemente, a compreensão de sua obra para além da imagem-mito do consagrado Poeta de quatro faces – a sua e as de Caeiro, Reis e Campos. Não mais estarão circunscritas, sua obra e sua imagem, à alegoria das três célebres máscaras literárias a cobrir o rosto emblemático do escritor – ainda que sua imagem-fantasia se espalhe em todos os cantos e esquinas de Lisboa retratando o escritor ou seu mito. Em meados dos 1980, à sombra intensa do *Livro do Desassossego* (publicado dois anos antes), o já evocado Eduardo Lourenço reconheceria que a cena hegemônica dos três poetas heterônimos, se não deveria ser abandonada (uma vez que cultivada pelo próprio autor em vida, na composição de seu *drama em gente*), deveria, entretanto, ser revisitada à luz (ou à sombra – à assombração, quiçá) da presença daquele *Livro* precário: “É à luz, agora, soberana, do *Livro do Desassossego* que todo o texto – falsamente plural – de Fernando Pessoa deve ser relido. Aí está o retábulo da sua vera e incruenta paixão” (LOURENÇO, 1993, p. 19).

Se já seria parcialmente conhecido e discutido antes de sua materialização (como no prefácio de Jorge de Sena a uma edição do *Livro* nunca levada a cabo nos anos 1960), o aparecimento *físico* do *Livro* – sua encarnação, mesmo que, até certo ponto, performática – significaria um ponto sem volta: desde então, aquela “interpretação mítica” em torno dos poetas heterônimos, “a mais autorizada e aquela que a todos nos autoriza a sua infindável glosa ou repetição”, parece sofrer um duro golpe ou sentir o

peso de, como nos coloca enfaticamente Eduardo Lourenço, “uma machadada *textual* sem apelo”, para concluir que “[e]m si, e em relação à mitologia de Pessoa, mas para nós, sobretudo, [...] já não podemos conviver com ela como se “O Livro” [sic] não existisse” (LOURENÇO, 1993, p. 88). *Livro*, que é, ao mesmo tempo, *dele* e *nosso*, conforme Lourenço; é de Pessoa, por suas palavras, por seus silêncios, por sua escrita e por suas lacunas; é nosso pelo que dele fizemos, fazemos e faremos – é nosso (e por isso também nossa responsabilidade) na medida em que fizemos/fazemos/faremos de um livro póstumo e inacabado nosso contemporâneo.

Reconheceremos, portanto, o *Livro do Desassossego* como *nosso* pelo que ele nos afeta e pelo que ele, desde nós, ressoa (ressonância e não reflexão); se apenas nos causasse indiferença ou irrefletida curiosidade, o *Livro* (que já não seria de “desassossego” algum) possivelmente não teria ultrapassado os arquivos ou, ao menos, não teria saído dos nichos acadêmicos – e, assim, não golpearia com sua prosa inquietante o mito consagrado do poeta Pessoa e seus heterônimos. E o que nos incomoda positivamente no *Livro* – e nos faz insistir nele – é justamente sua existência imprópria; pois esta sua precariedade intrínseca vibra, por fim, a estrondosa inquietude da literatura contemporânea e, afinal, dos nossos estudos literários. Pois se, da perspectiva contemporânea, podemos ser conduzidos a (des)encontrar a literatura na busca melancólica/utópica pela própria literatura que nos faltará (pois onde se tenta cercá-la não podemos encontrá-la), então, desdobra-se daí uma correspondência fatal entre a antiobra de Pessoa e a literatura (dele e nossa): a literatura, assim como o *Livro* de Pessoa, estará sempre mais para lá do horizonte do (im)possível. E, assim como Pessoa buscava insistentemente o *Livro* no intervalo entre os escritos do passado (nunca abandonados) e a urgência/necessidade de novos escritos, nós (escritores, críticos, leitores) insistimos (também entre obras do passado e do presente) em nossa busca (melancólica ou utópica) pela literatura que nos falta – e que precisará nos faltar para não sermos engolidos diante da esfíngica indagação “que é a literatura?”. Enquanto esta literatura errante sobreviver – enquanto insistirmos com a literatura –, sobreviverá também o *Livro do Desassossego*, aventura da letra sem origem e sem destino, aventura da literatura, nossa aventura.

Referências

- EIRAS, Pedro. *Esquecer Fausto: a fragmentação do sujeito em Raul Brandão, Fernando Pessoa, Herberto Helder e Marília Gabriela Llansol*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo. *Fernando, rei da nossa Baviera*. Lisboa: INCM, 1993.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. 2 volumes. Prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. 2ª ed., Lisboa: Ática, [1982] 1997.
- _____. *Livro do Desassossego composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Ed. Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Livro do Desasocego*. Tomos I e II. Ed. Jerónimo Pizarro. Lisboa: INCM, 2010.
- _____. *Livro do Desassossego composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Ed. Richard Zenith. 9ª ed., Lisboa: Assírio & Alvim, 2011.

Minicurrículo

Gustavo Moura Bragança é mestre e doutor em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio, tendo recebido bolsa de Estágio de Doutorado no exterior (PDEE/Capes) para pesquisa em Portugal no âmbito do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Desde 2013 é bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSJ.